

RELATÓRIO DE AUDITORIA

Relato sobre a Auditoria das Demonstrações financeiras

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de BEE Timor - Leste Empresa Publica (a Entidade), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 47.837.617 USD e um total de capital próprio de 47.230.447 USD), a demonstração dos resultados por naturezas e de rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Entidade em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS).

Bases para a opinião com reservas

De acordo com o artigo 9.º (“Transmissão de direitos e obrigações”) do Decreto-Lei n.º 41/2020, de 25 de setembro, a BEE Timor - Leste Empresa Publica sucede em todos os direitos e obrigações à Direção Geral de Águas e Saneamento do Ministério das Obras Públicas, que se considera extinta à data da nomeação dos membros do Conselho de Administração da Entidade, ocorrida em Abril de 2021. Todos os bens móveis ou imóveis, anteriormente afetos à Direção Geral de Águas e Saneamento, agora extinta, e todos os bens afetos exclusivamente ao abastecimento de água e saneamento que tenham sido transferidos para as autoridades e administrações municipais através do contrato interorgânico, celebrado entre o Ministério das Obras Públicas e o Ministério da Administração Estatal, datado de 1 de Março de 2016, devem ser considerados propriedade da Entidade. A 31 de dezembro de 2021, o inventário físico desses bens e sua mensuração encontrava-se em curso. Embora alguns desses ativos já estejam ao uso da Entidade, não foi possível determinar o impacto que o reconhecimento desses ativos teria no total de ativos da Entidade, na rubrica “Ativo fixos tangíveis” e no resultado líquido do período na rubrica “Gastos / reversões de depreciações e amortizações”.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela preparação e apresentação apropriadas destas demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, e pelo controlo interno que determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro.

Na preparação das demonstrações financeiras, a gestão é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.

Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

Lisboa, 3 de março de 2022

MYT Auditoria e Consultoria, Lda
Representada por:



Rui Miguel Guerreiro de Matos



**BEE TIMOR-LESTE, EMPRESA PÚBLICA
BTL, E.P.**

Avenida 20 de Maio, Caicoli, Dili Timor-Leste Caixa Postal No- 194, Telp- 3311539

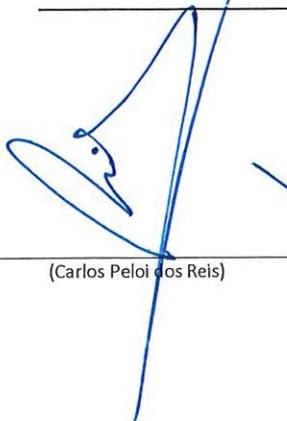
Relatório e Contas Anual

31 de Dezembro de 2021

**BEE TIMOR-LESTE, EMPRESA PÚBLICA
BTL, E.P.**

BEE TIMOR-LESTE, EMPRESA PÚBLICA (BTL E.P.)
 Demonstração da posição financeira
 Para o exercício findo em 31 de Dezembro

	Notas	Exercício 31/12/2021
ATIVOS		
Ativos não correntes		
Ativos fixos tangíveis	5	\$ 3.591.347,37
		<u>\$ 3.591.347,37</u>
Ativos correntes		
Estado e outras entidades públicas	6	\$ 3.480,00
Capital subscrito e não realizado	10	\$ 12.880.000,00
Outras contas a receber	8	\$ 266.523,05
Caixa e depósitos bancários	10	\$ 31.096.266,52
		<u>\$ 44.246.269,57</u>
Total do ativo		<u>\$ 47.837.616,94</u>
CAPITAL PRÓPRIO		
Capital próprio		
Capital social	11	\$ 12.880.000,00
Outros instrumentos de capital	12	\$ 36.005.780,62
		<u>\$ 48.885.780,62</u>
Resultado líquido do período		\$ -1.655.334,07
Total do capital próprio		<u>\$ 47.230.446,55</u>
PASSIVOS		
Passivos correntes		
Fornecedores	13	\$ 382.786,10
Estado e outras entidades públicas	9	\$ 122.071,15
Outras contas a pagar	14	\$ 102.313,14
		<u>\$ 607.170,39</u>
Total do passivo		<u>\$ 607.170,39</u>
Total do capital próprio e do passivo		<u>\$ 47.837.616,94</u>



(Carlos Peloi dos Reis)

Comissão Executiva



(Gustavo da Cruz)



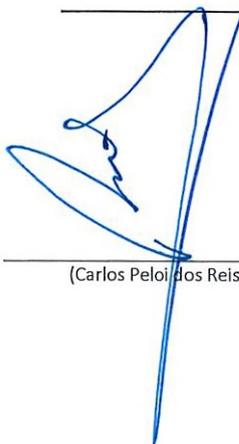
(Elizabeth Amaral)

Contabilista



BEE TIMOR-LESTE, EMPRESA PÚBLICA (BTL E.P.)
 Demonstração dos resultados por naturezas e de rendimento integral
 Para o exercício findo em 31 de Dezembro

	Notas	Exercício 31/12/2021
Operações em continuidade		
Receitas	15	\$ 451.805,12
Custos com pessoal	16	\$ -1.199.763,99
Fornecimentos e serviços externos	17	\$ -969.347,82
Resultados antes de juros, impostos e depreciações		\$ -1.717.306,69
Gastos / reversões de depreciações e amortizações	5	\$ -16.333,33
Resultado operacional		\$ -1.733.640,02
Juros e rendimentos similares	18	\$ 78.305,95
Resultado antes de imposto		\$ -1.655.334,07
Imposto sobre o rendimento	9	\$ -
Resultado do ano de operações em continuidade		\$ -1.655.334,07
Resultado do ano de operações descontinuadas		\$ -
Resultado líquido do período		\$ -1.655.334,07
Outro rendimento integral		\$ -
Rendimento integral total, líquido de imposto		\$ -1.655.334,07
Resultado por ação das operações em continuidade		\$ -






(Carlos Pelóios Reis) Comissão Executiva (Gustavo da Cruz) (Elizabeth Amaral) Contabilista

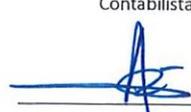
BEE TIMOR-LESTE, EMPRESA PÚBLICA (BTL E.P.)
 Demonstração das alterações no capital próprio
 Para o exercício findo em 31 de Dezembro

	Notas	Capital social	Outros instrumentos de capital	Resultado líquido do período	Total
Capital próprio a Março 2021		\$ -	\$ -	\$ -	\$ -
Resultado líquido do período		\$ -	\$ -	\$ -1.655.334,07	\$ -1.655.334,07
Outro rendimento integral		\$ -	\$ -	\$ -	\$ -
Rendimento integral total		\$ -	\$ -	\$ -1.655.334,07	\$ -1.655.334,07
Capital social realizado	11	\$ 12.880.000,00	\$ -	\$ -	\$ 12.880.000,00
Prestações suplementares	12	\$ -	\$ 36.005.780,62	\$ -	\$ 36.005.780,62
		\$ 12.880.000,00	\$ 36.005.780,62	\$ -	\$ 48.885.780,62
Capital próprio a 31 de dezembro de 2021		\$ 12.880.000,00	\$ 36.005.780,62	\$ -1.655.334,07	\$ 47.230.446,55

			
(Carlos Peçoi dos Reis)	Comissão Executiva (Gustavo da Cruz)	(Elizabeth Amaral)	Contabilista

BEE TIMOR-LESTE, EMPRESA PÚBLICA (BTL E.P.)
 Demonstração dos fluxos de caixa
 Para o exercício findo em 31 de Dezembro

	Notas	Exercício 31/12/2021
Fluxos de caixa de atividades operacionais		
Recebimentos de Clientes		\$ 185.282,56
Pagamentos a Fornecedores		\$ -593.602,22
Pagamentos ao Pessoal		\$ -1.079.321,41
	Caixa geradas pelas operações	\$ -1.487.641,07
Pagamento do imposto sobre o rendimento		\$ -
Outros pagamentos relativos à atividade operacional		\$ -
	Fluxos das atividades operacionais (1)	\$ -1.487.641,07
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos Financeiros		\$ -3.395.934,83
Outros Activos		\$ -104.243,60
		\$ -3.500.178,43
Recebimentos respeitantes a:		
Juros e rendimentos similares, líquidos de retenção na fonte		\$ 78.305,41
		\$ 78.305,41
	Fluxos de atividades de investimento (2)	\$ -3.421.873,02
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos respeitantes a:		
Emissão de capital social	7.2	\$ -
Outros instrumentos de capital próprio	7.2	\$ 36.005.780,62
		\$ 36.005.780,62
Pagamentos respeitantes a:		
Juros e gastos similares	7.2	\$ -
		\$ -
	Fluxos de atividades de financiamento (3)	\$ 36.005.780,62
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		\$ 31.096.266,53
Caixa e seus equivalentes no início do período		\$ -
Caixa e seus equivalentes no final do período		\$ 31.096.266,53

			
(Carlos Peloi dos Reis)	Comissão Executiva (Gustavo da Cruz)	(Elizabeth Amaral)	Contabilista

Índice das Notas às Demonstrações Financeiras

Índice

1.	Informação corporativa	7
2.	Bases de preparação	7
2.1	Princípios contabilísticos	7
2.2	Informação comparativa	7
2.3	Sumário das políticas contabilísticas significativas	7
2.4	Alterações nas políticas contabilísticas e divulgações	10
3.	Principais julgamentos, estimativas e pressupostos	10
4.	Gestão de capital	11
5.	Ativos fixos tangíveis	11
6.	Inventários	11
7.	Ativos e passivos financeiros	12
7.1	Classificação e justos valores.....	12
7.2	Alterações nos passivos decorrentes de atividades de financiamento	12
7.3	Objetivos e políticas de gestão de riscos financeiros.....	12
8.	Outras contas a receber.....	13
9.	Estado e outras entidades públicas.....	13
10.	Caixa e equivalentes de caixa.....	13
11.	Capital social	13
12.	Outros instrumentos de capital	13
13.	Fornecedores	13
14.	Outras contas a pagar.....	14
15.	Rédito	14
16.	Custos com pessoal	14
17.	Fornecimentos e serviços externos	14
18.	Juros e despesas similares.....	15
19.	Eventos subsequentes.....	15

Notas às Demonstrações Financeiras

1. Informação corporativa

Estas são as demonstrações financeiras da BEE Timor-Leste, Empresa Pública ("Empresa" ou "BTL, E.P.") para o exercício findo a 31 de dezembro de 2021, uma pessoa coletiva de direito público integrada na administração indireta do Estado, sob a forma de empresa pública, e dotada de personalidade jurídica, capacidade judiciária, autonomia administrativa, autonomia financeira e património próprio, criada pelo Decreto-Lei 41/2020, de 25 de Setembro. A Empresa tem a sua sede social na Avenida 20 de Maio Caicoli, Dili, Timor-Leste

A Empresa é totalmente detida pelo Estado de Timor Leste sob a supervisão do Ministério das Obras Públicas de Timor Leste.

2. Bases de preparação

2.1 Princípios contabilísticos

As demonstrações financeiras da Empresa foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Estas são as primeiras demonstrações financeiras preparadas pela Empresa já que a mesma foi constituída em 2021, e estão em conformidade com as IFRS

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

As demonstrações financeiras são apresentadas em dólares, que é a moeda funcional da Empresa, exceto quando de outra forma indicado.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base da continuidade das operações.

2.2 Informação comparativa

Uma vez que a empresa foi constituída durante o ano de 2021, estas demonstrações financeiras não apresentam informação comparativa.

2.3 Sumário das políticas contabilísticas significativas

Apresentam-se de seguida as políticas contabilísticas mais significativas aplicadas pela Empresa na preparação das suas demonstrações financeiras.

a) Classificação corrente versus não corrente

A Empresa apresenta os ativos e passivos na demonstração da posição financeira com base na classificação corrente/não corrente. Um ativo é classificado como corrente quando:

- Se espera que seja realizado ou que se destine a ser vendido ou consumido no ciclo operacional normal;
- Seja detido para negociação;
- Se espera que seja realizado no prazo de doze meses após o período de reporte; ou
- É caixa ou equivalentes de caixa, a menos que tenha restrições em relação à sua troca ou utilização para liquidar uma responsabilidade durante pelo menos doze meses após o período de reporte.

Todos os outros ativos são classificados como não correntes.

Um passivo é classificado como corrente quando:

- Se espera que seja liquidado no ciclo operacional normal;
- Seja detido para negociação;
- Se espera que seja liquidado no prazo de doze meses após o período de reporte; ou
- Não existe nenhum direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por pelo menos doze meses após o período de relato.

As condições do passivo que poderiam, por opção da contraparte, resultar na sua liquidação através da emissão de instrumentos de capital, não afetam a sua classificação.

A Empresa classifica todos os outros passivos como não correntes.

b) Ativos fixos tangíveis

Os ativos em construção estão mensurados ao custo, líquidos das perdas por imparidade acumuladas, se existirem.

Os ativos fixos tangíveis estão mensurados ao custo, líquidos de depreciações acumuladas e das perdas por imparidade acumuladas, se existirem.

O custo de um ativo inclui o custo de peças de substituição e os custos de financiamento, caso existam e se os critérios de reconhecimento forem cumpridos. Quando é necessário substituir peças significativas em intervalos regulares, a Empresa deprecia essas peças separadamente com base nas suas vidas úteis específicas.

Igualmente, quando são efetuadas grandes manutenções, o seu custo é reconhecido no valor contábilístico do equipamento como uma substituição se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os outros custos de reparação e manutenção são reconhecidos nos resultados do período quando incorridos.

O valor presente do custo esperado para eventuais obrigações de desmantelamento de um ativo após a sua utilização é incluído no custo do respetivo ativo se os critérios de reconhecimento de uma provisão forem cumpridos.

Os ativos fixos tangíveis transferidos do acionista são inicialmente mensurados pelo valor justo na data em que o controlo é obtido.

A depreciação é calculada numa base linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, como se segue:

- Outros equipamentos - 3 anos.

A Empresa revê os valores residuais estimados e as vidas úteis esperadas dos ativos pelo menos anualmente.

Um item do ativo imobilizado e qualquer parte significativa inicialmente reconhecida é desreconhecida aquando da alienação. Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (calculado como a diferença entre o valor líquido de venda e o valor contábilístico do ativo) é incluído na demonstração de resultados quando o ativo é desreconhecido.

Os valores residuais, vidas úteis e métodos de depreciação de ativos fixos tangíveis são revistos no final de cada exercício financeiro e ajustados prospectivamente, se apropriado.

c) Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Um instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro numa entidade e a um passivo financeiro ou a um instrumento de capital próprio em outra entidade.

i) Ativos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

Os ativos financeiros da Empresa são classificados, no reconhecimento inicial, como sendo subsequentemente mensurados ao custo amortizado. Esta classificação no reconhecimento inicial depende das características contratuais do fluxo de caixa do ativo financeiro e do modelo de negócio da Empresa para a sua gestão.

Estes ativos financeiros são inicialmente medidos pelo seu justo valor acrescido dos custos de transação.

Um ativo financeiro é classificado para ser mensurado ao custo amortizado quando dá origem a fluxos de caixa que são unicamente pagamentos de capital e juros ("SPPI") sobre o montante do capital em dívida. Esta avaliação é referida como o teste SPPI e é realizada ao nível de instrumento.

Mensuração subsequente

Para efeitos de mensuração subsequente, os ativos financeiros da Empresa, que são instrumentos de dívida, são classificados como ativos financeiros ao custo amortizado. Estes ativos são subsequentemente mensurados utilizando o método do juro efetivo ("EIR") e estão sujeitos a testes imparidade. Os ganhos e as perdas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando o ativo é desreconhecido, modificado ou é reconhecida imparidade.

Os ativos financeiros da Empresa ao custo amortizado incluem outras contas a receber apresentados na rubrica "Outras contas a receber".

Desreconhecimento

Um ativo financeiro é desreconhecido quando:

- O direito a receber os fluxos de caixa do ativo tiver expirado; ou
- A Empresa transferiu o seu direito a receber os fluxos de caixa do ativo ou assumiu a obrigação de pagar a totalidade dos fluxos de caixa recebidos sem atrasos significativos a terceiros, ao abrigo de um acordo de transmissão; e (a) a Empresa transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Empresa não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controlo do ativo.

Quando a Empresa transfere o seu direito de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebrou um acordo de transmissão, avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade do ativo.

Quando não tiver transferido nem retido substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem tiver transferido o controlo do ativo, a Empresa continua a reconhecer o ativo transferido na medida do seu envolvimento contínuo. Neste caso, a Empresa também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados numa base que reflita os direitos e obrigações que a Empresa reteve.

O envolvimento contínuo que assume a forma de uma garantia sobre o ativo transferido é medido pelo valor mais baixo entre o valor original do ativo e o valor máximo de retribuição que a Empresa poderia ser obrigada a reembolsar.

Imparidade

Outras divulgações relativas à imparidade de ativos financeiros são também fornecidas na Nota 3 "Principais julgamentos, estimativas e pressupostos".

A Empresa reconhece um ajustamento para as perdas de crédito esperadas ("ECL") para todos os instrumentos de dívida não reconhecidos ao justo valor através de resultados. As ECL baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Empresa espera receber, descontados a uma taxa de juro efetiva próxima da original.

As ECL são reconhecidas em duas fases:

- Para exposições de crédito para as quais não houve um aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial, são reconhecidas ECL para perdas de crédito que resultam de eventos de incumprimento que sejam possíveis nos próximos 12 meses (ECL de 12 meses);
- Para as exposições de crédito em relação às quais houve um aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma imparidade para perdas de crédito previstas durante a vida restante do ativo, independentemente do momento do incumprimento (ECL para a vida útil do ativo).

Em certos casos a Empresa pode considerar que um ativo financeiro está em incumprimento quando a informação interna ou externa indica que é pouco provável que a Empresa receba a totalidade dos montantes contratuais em dívida. Um valor de um ativo financeiro é reduzido a zero quando não existe uma expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

ii) Passivos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

Os passivos financeiros da Empresa são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros e empréstimos. Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor líquido dos custos de transação diretamente atribuíveis.

Os passivos financeiros da Empresa incluem outras contas a pagar.

Mensuração subsequente

Para efeitos de mensuração subsequente, os passivos financeiros da Empresa são classificados como passivos financeiros ao custo amortizado. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método do juro efetivo ("EIR"). Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os passivos são desreconhecidos, assim como os efeitos da aplicação do custo amortizado.

O custo amortizado é calculado tendo em conta qualquer desconto ou prémio na aquisição e as comissões ou outros custos que são parte integrante do EIR. O juro pelo EIR é incluído como custo financeiro na demonstração dos resultados.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação a ele associada é liquidada ou é cancelada ou expira. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante, mas em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo.

A diferença entre os respetivos valores contabilísticos é reconhecida na demonstração dos resultados.

iii) Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o montante líquido é reconhecido na demonstração da posição financeira, quando a Empresa tem o direito legal de compensar os valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar esses valores numa base líquida, para realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

d) Imposto sobre o rendimento

i. Imposto corrente

Os ativos e passivos relativos a imposto sobre o rendimento corrente são mensurados pelo montante que se espera recuperar ou pagar às autoridades fiscais. As taxas de imposto e as leis fiscais utilizadas para calcular o imposto são as que estão promulgadas ou substantivamente aprovadas à data de reporte.

O imposto corrente relacionado com itens reconhecidos diretamente no capital próprio é reconhecido no capital próprio e não na demonstração dos resultados. A Administração avalia periodicamente as posições tomadas nas declarações fiscais relativas a situações em que os requisitos fiscais aplicáveis são sujeitos a interpretação e reconhece provisões quando apropriado.

ii. Imposto diferido

O imposto diferido é calculado, pelo método do passivo, sobre diferenças temporárias entre as bases contabilísticas e fiscais dos ativos e passivos, para efeitos de reporte financeiro na data de reporte.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto:

- Quando o passivo por impostos diferidos resultar do reconhecimento inicial do *goodwill* ou de um ativo ou passivo numa transação que não é uma combinação de negócios e em que, no momento da transação, não afeta nem o lucro contabilístico nem o lucro tributável ou a perda fiscal;
- Em relação às diferenças temporárias tributáveis associadas a investimentos em subsidiárias, associadas e interesses em acordos conjuntos, quando o momento da reversão das diferenças temporárias puder ser controlado e for provável que as diferenças temporárias não se revertam num futuro previsível.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, para os créditos fiscais não utilizados e para os prejuízos fiscais não utilizados. Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos na medida em que seja provável que haja lucro tributável contra o qual as diferenças temporárias dedutíveis, os créditos fiscais não utilizados e os prejuízos fiscais não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- Quando o ativo por impostos diferidos relacionado com a diferença temporária dedutível resulta do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transação que não é uma combinação de negócios e, no momento da transação, não afeta nem o lucro contabilístico nem o lucro tributável ou a perda fiscal;
- Em relação às diferenças temporárias dedutíveis associadas a investimentos em subsidiárias, associadas e interesses em acordos conjuntos, os ativos por impostos diferidos são reconhecidos apenas na medida em que seja provável que as diferenças temporárias se revertam num futuro previsível e que haja lucro tributável contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contabilístico dos ativos por impostos diferidos é revisto em cada data de relato e reduzido na medida em que já não seja provável a existência de lucro tributável futuro suficiente para permitir a utilização total ou parcial do ativo por impostos diferidos. Os ativos por impostos diferidos não reconhecidos são reavaliados em cada data de reporte e são reconhecidos na medida em que se tenha tornado provável que lucros tributáveis futuros permitam a recuperação do ativo por impostos diferidos.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados às taxas de imposto que se espera que sejam aplicadas no ano em que o ativo é realizado ou o passivo é liquidado, com base nas taxas de imposto (e leis fiscais) que tenham sido promulgadas ou substancialmente aprovadas na data de reporte.

A Empresa compensa ativos por impostos diferidos e passivos por impostos diferidos se e apenas se tiver o direito legal de compensar ativos por impostos correntes e passivos por impostos correntes e os ativos por impostos diferidos e passivos por impostos diferidos estiverem relacionados com impostos sobre o rendimento cobrados pela mesma autoridade tributária sobre o mesmo sujeito passivo ou sobre sujeitos passivos diferentes que pretendam liquidar passivos e ativos por impostos correntes numa base líquida, ou que pretendam realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro em que se espera que sejam liquidados ou recuperados montantes significativos de passivos ou ativos por impostos diferidos.

e) Caixa e depósitos bancários

A rubrica de Caixa e depósitos bancários da demonstração da posição financeira inclui o numerário em caixa e os valores depositados em bancos. Para efeitos da Demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de Caixa e seus equivalentes tem a mesma constituição.

f) Rendimentos e gastos financeiros

Os rendimentos e gastos financeiros da Empresa incluem:

- Juros e rendimentos similares;
- Juros e gastos similares; e
- O ganho ou perda líquida relativo a ativos e a passivos financeiros ao justo valor através resultados (FVTPL).

Os rendimentos e gastos de juros são reconhecidos de acordo com o método do juro efetivo.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em dinheiro futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro para:

- - O valor bruto contabilístico do ativo financeiro; ou
- - O custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo dos rendimentos e gastos de juros, a taxa de juro efetiva é aplicada ao montante bruto escriturado do ativo (quando o ativo não está em imparidade) ou ao custo amortizado do passivo. Contudo, para os ativos financeiros que ficaram em imparidade após o reconhecimento inicial, o rendimento de juros é calculado aplicando a taxa de juro efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se o ativo deixar de estar em imparidade, o cálculo dos rendimentos de juros reverte para a base bruta.

2.4 Alterações nas políticas contabilísticas e divulgações

A empresa adotou todas as novas normas e interpretações e as normas e interpretações alteradas que se tornaram efetivas para os exercícios com início em ou após 1 de janeiro de 2021.

3. Principais julgamentos, estimativas e pressupostos



A preparação das demonstrações financeiras da Empresa requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam os montantes reportados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as notas anexas, e a divulgação de passivos contingentes. A incerteza acerca destes pressupostos e estimativas poderá resultar em ajustamentos materiais ao valor contabilístico dos ativos ou passivos afetados em períodos futuros.

Outras divulgações relacionadas com a exposição da Empresa a riscos e incertezas incluem:

- Gestão de capital - Nota 4;
- Objetivos e políticas de gestão de riscos financeiros - Nota 6.7.

Os pressupostos fundamentais relativos ao futuro e outras fontes fundamentais de incerteza das estimativas na data de reporte, que têm um risco significativo de causar um ajustamento material ao valor contabilístico dos ativos e passivos em exercícios futuros, são descritos abaixo.

A Empresa baseou os seus pressupostos e estimativas nas informações disponíveis aquando da preparação das demonstrações financeiras. As circunstâncias e pressupostos existentes sobre desenvolvimentos futuros podem, no entanto, mudar devido a alterações do mercado ou a circunstâncias que estejam fora do controlo da Empresa. Tais alterações refletem-se nos pressupostos quando estes ocorrerem.

4. Gestão de capital

Para efeitos de gestão do capital da Empresa, o capital inclui o capital emitido e todas os outros instrumentos de capital atribuíveis aos acionistas da empresa-mãe, quando aplicável.

O objetivo principal da gestão de capital da Empresa é a prestação do serviço público. Assim, a Empresa gere o seu capital e efetua os ajustamentos necessários tendo em conta as alterações nas condições económicas.

Para atingir este objetivo global, a gestão de capital da Empresa, entre outras coisas, procura garantir o cumprimento das necessidades de investimento para prestar o serviço de fornecimento de água. Assim, a estrutura de capital é ajustada conforme apropriado.

5. Ativos fixos tangíveis

A 31 de Dezembro de 2021, os ativos fixos tangíveis detalham-se como se segue:

	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Outros equipamentos	Ativos em curso	Total
Ativos fixos tangíveis					
Valor bruto					
Saldo inicial	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -
Transferências do acionista	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -
Aquisições	\$ -	\$ -	\$ 98.178,00	\$ 3.509.502,70	\$ 3.607.680,70
Vendas / abates	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -
Saldo final	\$ -	\$ -	\$ 98.178,00	\$ 3.509.502,70	\$ 3.607.680,70
Depreciações acumuladas					
Saldo inicial	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -
Depreciações do ano	\$ -	\$ -	\$ 16.333,33	\$ -	\$ 16.333,33
Regularizações	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -
Vendas / abates	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -
Saldo final	\$ -	\$ -	\$ 16.333,33	\$ -	\$ 16.333,33
Valor líquido	\$ -	\$ -	\$ 81.844,67	\$ 3.509.502,70	\$ 3.591.347,37

Nos termos do artigo 9.º ("Transmissão de direitos e obrigações") do Decreto-Lei n.º 41/2020, de 25 de Setembro, a BEE Timor - Leste Empresa Pública BTL E.P. sucede em todos os direitos e obrigações à Direção Geral de Águas e Saneamento do Ministério das Obras Públicas, que é considerada extinta na data de nomeação dos membros do Conselho de Administração da BTL, E.P. a Empresa, que ocorreu em Abril de 2021. Todos os bens tangíveis anteriormente afetos à Direção Geral de Águas e Saneamento, agora extinta, e todos os bens exclusivamente afetos ao abastecimento de água e saneamento que tenham sido transferidos para as autoridades municipais e administrações municipais através do contrato interorganismos, celebrado entre o Ministério das Obras Públicas e o Ministério da Administração Estatal datado de 1 de Março de 2016, devem ser considerados propriedade da Empresa. A partir de 31 de Dezembro de 2021.

O inventário físico destes bens e a sua mensuração ainda está em curso (não foi ainda concluído a esta data), pelo que os ativos relacionados ainda não se encontram reconhecidos nos ativos de 2021 da Empresa. Esperamos concluir este processo durante 2022.

6. Inventários

A 31 de Dezembro de 2021, os inventários detalham-se como se segue:

	Exercício 31/12/2021	
Inventários		
Mercadorias	\$	3.480,00
	\$	-
	\$	<u>3.480,00</u>

7. Ativos e passivos financeiros

7.1 Classificação e justos valores

A 31 de Dezembro de 2021, a classificação e os respetivos justos valores dos ativos e passivos financeiros são os seguintes:

	Custo amortizado	Justo valor Nível 2
Ativos financeiros não mensurados ao justo valor		
Outras contas a receber (Nota 8)	\$ 266,523.05	\$ -
Caixa e depósitos bancários (Nota 10)	\$ 31,096,266.52	\$ -
	\$ 31,096,266.52	\$ -
Passivos financeiros não mensurados ao justo valor		
Fornecedores (Nota 13)	\$ 382,786.10	\$ -
Outras contas a pagar (Nota 13)	\$ -	\$ -
	\$ 382,786.10	\$ -

7.2 Alterações nos passivos decorrentes de atividades de financiamento

	Transações de capital		Passivos
	Capital social	Outros instrumentos de capital	Juros e custos similares
Balanço em Março de 2021	\$ -	\$ -	\$ -
Recebimento do capital social	\$ -	\$ -	\$ -
Recebimentos de outros instrumentos de capital (Nota 12)	\$ -	\$ 36.005.780,62	\$ -
Juros e custos similares pagos	\$ -	\$ -	\$ -
Variação total dos fluxos de financiamento	\$ -	\$ 36.005.780,62	\$ -
Balanço a 31 de dezembro de 2020	\$ -	\$ 36.005.780,62	\$ -

7.3 Objetivos e políticas de gestão de riscos financeiros

A Empresa não tem ativos e passivos financeiros significativos. A atividade da Empresa é essencialmente financiada por um subsídio não reembolsável recebido do Estado. Assim, não se encontram presentes riscos significativos.

Risco de taxa de juro

A Empresa não tem financiamentos que vençam juros.

Risco de crédito

A Empresa não está exposta a risco de crédito.

Risco de liquidez

A atividade da Empresa é financiada pelo Estado, pelo que não está exposta a risco de liquidez.

8. Outras contas a receber

A 31 de dezembro de 2021, as outras contas a pagar discriminam-se como segue:

	Exercício 31/12/2021
Outras contas a receber	
Outras contas a receber	\$ 266.523,05
	<u>\$ 266.523,05</u>

9. Estado e outras entidades públicas

A 31 de dezembro de 2021, o saldo com o Estado e outras entidades públicas é detalhado como se segue:

	Exercício 31/12/2021
Estado e outras entidades públicas	
Imposto sobre rendimento de pessoas singulares	\$ 10.805,51
Retenções na Fonte	\$ 12.169,72
Segurança Social	\$ 99.095,92
Imposto sobre o rendimento	\$ -
	<u>\$ 122.071,15</u>

10. Caixa e equivalentes de caixa

A 31 de Dezembro de 2021, o saldo de Caixa e equivalentes de caixa é detalhado como se segue:

	Exercício 31/12/2021
Caixa e depósitos bancários	
Bancos	
Caixa	\$ 2.387,02
BNCTL - corrente	\$ 31.093.879,50
BNCTL - não corrente	\$ -
	<u>\$ 31.096.266,52</u>

O valor de Caixa e equivalentes de caixa, para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, é o mesmo que o valor de caixa e depósitos bancários apresentado na demonstração da posição financeira.

11. Capital social

A 31 de Dezembro de 2021, o capital social tem o seguinte detalhe:

	Exercício 31/12/2021
Capital social	
Capital emitido e subscrito	
Em Março de 2021	\$ 12.880.000,00
	<u>\$ 12.880.000,00</u>
Capital subscrito e não realizado	
Governo	\$ 12.880.000,00
	<u>\$ 12.880.000,00</u>

12. Outros instrumentos de capital

A 31 de dezembro de 2021, os outros instrumentos de capital referem-se a transferências do Ministério das Obras Públicas que serão consideradas e registadas na SERVE como aumento de capital social em 2022, tendo em conta o artigo 30, n.º 14 do Decreto do Governo 13/2022, de 18 de Janeiro (Execução do Orçamento de Estado de 2022).

13. Fornecedores

A 31 de dezembro de 2021, os saldos com fornecedores são detalhados como se segue:

	Exercício 31/12/2021
Fornecedores	
Fornecedores de bens de investimento	\$ 175.475,72
Fornecedores operacionais	\$ 207.310,38
	<u>\$ 382.786,10</u>

14. Outras contas a pagar

A 31 de dezembro de 2021, as outras contas a pagar são detalhadas como se segue:

	Exercício 31/12/2021
Outras contas a pagar	
Outros credores	
Valores a pagar a trabalhadores	\$ 10.541,10
Acréscimo de gastos	
Eletricidade	\$ 91.772,04
	<u>\$ 91.772,04</u>
	<u>\$ 102.313,14</u>

15. Rédito

A 31 de dezembro de 2021, o rédito inclui as seguintes rubricas:

	Exercício 31/12/2021
Rédito	
Receitas de fornecimento de água	\$ 439.742,62
Receitas de águas residuais	\$ 12.062,50
	<u>\$ 451.805,12</u>

O total do rédito, inclui cerca de 119.862,26 USD que respeitam a rédito obtido no ano de 2020, pela extinta Direção Geral de Águas e Saneamento do Ministério das Obras Públicas.

16. Custos com pessoal

Durante 31 de dezembro de 2021, os custos com pessoal compreendem os seguintes itens:

	Exercício 31/12/2021
Custos com pessoal	
Salários	\$ 951.441,88
Bónus	\$ 70.405,17
Subsídio de férias	\$ 8.295,09
Horas extraordinárias	\$ 5.670,29
Subsídios para impostos	\$ 57.573,09
Segurança social	\$ 106.378,47
	<u>\$ 1.199.763,99</u>

17. Fornecimentos e serviços externos

Durante 31 de dezembro de 2021, os fornecimentos e serviços externos compreendem os seguintes itens:

	Exercício 31/12/2021
Fornecimentos e serviços externos	
Eletricidade	\$ 279.994,92
Serviços de segurança	\$ 150.428,00
Materiais químicos para águas	\$ 94.025,00
Despesas com retenções na fonte	\$ 74.077,58
Serviços de limpeza	\$ 73.451,74
Bombas e estação de bombas de água	\$ 46.125,37
Viagens locais	\$ 44.290,00
Material de escritório	\$ 43.488,30
Manutenção de instalações	\$ 39.482,82
Combustível operacional	\$ 26.520,00
Viaturas - manutenção	\$ 18.693,55
Despesas operacionais	\$ 16.603,80
Viaturas - alugueres	\$ 13.010,00
Receções oficiais	\$ 10.035,00
Serviços de consultoria	\$ 10.000,00
Materiais operacionais	\$ 9.927,56
Outros	\$ 19.194,18
	<u>\$ 969.347,82</u>

18. Juros e despesas similares

Durante 31 de dezembro de 2021, os juros e despesas similares compreendem os seguintes itens:

	Exercício 31/12/2021
Juros e ganhos similares	
Juros	\$ 78.305,95
	<u>\$ 78.305,95</u>

19. Eventos subsequentes

Desde 31 de dezembro de 2021 e até à data em que estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão, em 1 de Março de 2022, não ocorreram acontecimentos subsequentes que necessitem de ser ajustados ou divulgados.